



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**LEONARDO VALENÇA CALLAI**

**MOVIMENTO SINDICAL E AS METAMORFOSES DO CAPITAL**

**BRASÍLIA**  
**AGOSTO DE 2011**

**LEONARDO VALENÇA CALLAI**

**MOVIMENTO SINDICAL E AS METAMORFOSES DO CAPITAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como um dos pré-requisitos para obtenção da graduação em Serviço Social, elaborado sob a orientação da Prof. <sup>a</sup> Marcela Soares.

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**BRASÍLIA**  
**AGOSTO DE 2011**

## AGRADECIMENTOS

Se viver é aprender, ninguém é mais digno de agradecimento que meus Mentores.

Devoto minha sincera gratidão aos autores dos pensamentos que moldaram, não somente minha percepção do mundo, mas minha percepção de mim mesmo. Autores com ou sem livros, mestres cujo currículo excede a academia.

Sou grato aos mentores que tive em casa, meu pai e minha mãe, pelos ensinamentos mais preciosos, e pelo apoio em toda a jornada acadêmica.

Agradeço àquela que me ensinou a felicidade e a beleza da vida a dois. Minha amada Talita, dona do mais lindo sorriso e dos braços que mais me apoiaram nessa luta. Sem você eu não conseguiria, gatinha!

Obrigado a meus amigos, tesouros inestimáveis. Sua companhia e nossas conversas são valiosas lições para a eternidade! Não posso nomear todos os que ajudaram, mas seria injusto não citar quem sofreu comigo as turbulências da vida universitária: Victor, Camila, Geralda (sogrinha querida), João Guilherme e Priscila.

Obrigado aos colegas de curso. Aos amigos sempre presentes e aqueles que seguiram outros rumos, mas sem antes deixar sua contribuição em minha formação e vida.

Minha gratidão aos trabalhadores brasileiros, por cada gota de suor e de sangue derramadas, em especial aos companheiros de luta do SINDÁGUA – DF.

Agradeço aos professores da UnB, que me ensinaram não apenas uma profissão, mas me introduziram ao pensamento crítico, um presente sem preço. Gratidão especial à Prof<sup>a</sup> Marcela Soares por sua valiosa orientação, e também pela grande compreensão e paciência.

Sinto-me grato à própria vida e suas surpresas, pois não existem mestres mais eficazes que as dificuldades e os desafios. Agradeço também a seu Autor, pelas dúvidas com que me instigou e pelas descobertas a que me conduziu, embora algumas perguntas ainda aguardem respostas. Mas isso é a vida! Cada dia um passo rumo ao conhecimento.

Vivendo e aprendendo. Não apenas para compreender o mundo, mas para transformá-lo!

## **RESUMO**

Este Trabalho de Conclusão de Curso analisa as repercussões do processo de reestruturação produtiva e da adesão ao regime econômico neoliberal para os movimentos de classe brasileiros, em especial os movimentos sindicais. Acredita-se que a reestruturação econômica ocorrida no Brasil a partir dos anos 1990 provocou uma crise nos movimentos sindicais, na medida em que introduziu no universo produtivo um novo modelo, cuja principal consequência trazida para classe trabalhadora é a fragmentação, e iniciou um processo de desregulação dos direitos trabalhistas conquistados ao longo do processo de desenvolvimento da classe trabalhadora brasileira. Além deste processo histórico, o TCC trata das transformações nos principais instrumentos políticos e sindicais da classe trabalhadora impulsionadas pelas manobras do capital.

**Palavras-chave:** neoliberalismo, reestruturação produtiva, classe trabalhadora e sindicalismo.

## **LISTA DE SIGLAS**

**ANL:** Aliança Nacional Libertadora

**CESAM:** Centro Salesiano do Adolescente Trabalhador

**CUT:** Central Única dos Trabalhadores

**MPC:** Modo de Produção Capitalista

**MTIC:** Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

**MST:** Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra

**PCB:** Partido Comunista Brasileiro

**PT:** Partido dos Trabalhadores

**SER:** Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília

**SINDAGUA:** Sindicato dos trabalhadores na indústria da purificação de água e em serviços de esgoto no Distrito Federal

**TCC:** Trabalho de Conclusão de Curso

**UNB:** Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>4</b>
LISTA DE SIGLAS.....	5
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO I – O atual contexto do capitalismo .....</b>	<b>10</b>
1.1A Contrarreforma do Estado e a Ofensiva Neoliberal.....	12
1.2 Reestruturação produtiva: fragmentação da classe e da consciência da classe trabalhadora.....	14
<b>CAPÍTULO II - Classe Trabalhadora Brasileira – Influências, Organização e Lutas.....</b>	<b>20</b>
2.1 Origens.....	20
2.2 Luta de Classes e as intervenções do Estado.....	22
<b>CAPÍTULO III – Manobras do Capital e seus reflexos na Classe Trabalhadora no Brasil .....</b>	<b>26</b>
3.1 Movimentos de Classe no novo contexto neoliberal.....	29
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>33</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>36</b>

## INTRODUÇÃO

O surgimento de organizações e movimentos de classe ao longo do desenvolvimento do modo capitalista de produção representa a necessidade da classe trabalhadora de se unir. Uma união que manifeste resistência às diversas formas de exploração de sua força de trabalho, e a defesa de seus direitos em face às desigualdades e às contradições inerentes ao sistema capitalista.

É com o intuito de compreender a atual estrutura organizativa dos movimentos sociais de classe no contexto da reestruturação do modo de produção capitalista a partir da década de 1970 que se apresenta este Trabalho de Conclusão de Curso. Elaborado sob a orientação da Professora Marcela Soares, o mesmo tem como objetivo examinar o desenvolvimento dos movimentos de classe no Brasil, considerando principalmente o movimento sindical, a partir do processo de reestruturação econômica brasileiro, ocorrido a partir dos anos 1990.

Como objetivos específicos, buscou-se: a) realizar um levantamento sobre o histórico do movimento sindical no Brasil; b) identificar os impactos do processo de reestruturação produtiva e do neoliberalismo sobre a fragmentação da classe trabalhadora e da consciência de classe; c) formar referencial teórico e uma base de dados para criação de um material educativo destinado a formação política de trabalhadores e dirigentes sindicais, a fim de fornecer subsídios a uma prática mais consciente e crítica e, d) indicar possíveis problemas relacionados a atual configuração dos movimentos sociais e dos movimentos de classe no Brasil, que poderão ser alvos de futuras pesquisas.

Neste contexto, a importância deste estudo se dá inicialmente pela sua contribuição para o conhecimento, tendo em vista a relevância do tema para a formação profissional crítica do assistente social e para compreensão das atuais demandas dos movimentos sociais de classe a essa categoria profissional, atuante no que concerne às questões relativas à classe trabalhadora.

Em segundo, este estudo contribui para minha formação, pois se caracteriza como um elemento sistematizador dos conhecimentos adquiridos durante a graduação e pela inserção profissional na CAESB (Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal), onde trabalho como agente operacional desde outubro de 2006 em

uma Estação de Tratamento de Águas Residuárias. Nisto se destacam minhas experiências como membro da classe operária brasileira, observador e participante dos movimentos que atualmente lhe concernem, e como integrante do SINDÁGUA- DF (Sindicato dos trabalhadores na indústria da purificação de água e em serviços de esgoto no Distrito Federal).

Ao desenvolver estágio curricular obrigatório no CESAM (Centro Salesiano do Adolescente Trabalhador), uma entidade assistencial que visa o atendimento social e educativo e atua principalmente ministrando de cursos de iniciação profissional e inserindo adolescentes no programa primeiro emprego, realizado nos moldes propostos pela Lei 10.097/2000, pude adquirir conhecimentos práticos relacionadas à inserção no mundo do trabalho. Neste caso, a inserção de adolescentes provenientes das camadas mais pobres da população.

A partir da experiência de estágio curricular foram compreendidos fatores dinâmicos da inserção no mundo do trabalho no que concerne ao trabalho feminino, a demanda por qualificação e à discriminação no ambiente de trabalho. Vistos na preferência das empresas conveniadas com o CESAM por adolescentes do sexo masculino, com alta escolaridade e que não estivessem cumprindo nenhum tipo de medida socioeducativa.

Tornei-me membro do SINDÁGUA – DF em outubro de 2006, imediatamente após minha contratação na CAESB, entretanto só passei a experimentar um envolvimento mais efetivo a partir de 2010, quando assumi a função de delegado sindical, inserido no posto onde trabalho. Em decorrência do envolvimento com o sindicato, coordenei duas campanhas de realizações de piquetes durante as greves da categoria, e tive a oportunidade de participar de dois cursos de formação política oferecido pelo sindicato a seus membros.

Na metodologia utilizou-se da estratégia de levantamento bibliográfico, considerada bastante apropriada para análise de fatos e de descrições (MARTINS e THEÓPHILO, 2007). A análise que aqui se constrói privilegia uma pequena parte das produções científicas que fazem referência às transformações no movimento sindical brasileiro, advindas do processo de reestruturação produtiva e da adesão à doutrina neoliberal.

Este trabalho está estruturado em três capítulos e mais as considerações finais. O primeiro capítulo, cujo tema é a atual configuração do modo capitalista de produção, discorre sobre as transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho e no contexto geral de expansão do capitalismo. Também são apontados os impactos dessas mutações para a classe trabalhadora, principalmente no que se refere à sua forma de organização.

No segundo capítulo faz-se um resgate histórico do movimento sindical no Brasil, bem como dos principais fatores que implicaram sua expansão e seu retrocesso ao longo do período republicano. Nesse ponto, descreve os embates entre os movimentos sociais de classe e o modo de produção capitalista associado às ações estatais.

O terceiro capítulo apresenta uma análise sobre o processo de reestruturação produtiva e sobre a implantação das políticas neoliberais no Brasil, apontando suas repercussões sobre o movimento sindical brasileiro.

Nas considerações finais é ressaltada a análise da atual configuração do movimento sindical brasileiro diante do quadro de precarização do trabalho e das relações de trabalho e do contexto de vigência do ideário político neoliberal.

## CAPÍTULO I

### O atual contexto do capitalismo

A sociedade contemporânea está marcada por inúmeros fenômenos decorrentes das transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho desde a década de 1970. É nesse período que o modelo de produção vigente, o fordismo, e a doutrina keynesiana entram em decadência diante da crise do capital. Sendo paulatinamente substituídos pelo padrão de acumulação flexível e pela doutrina neoliberal.

Esse processo conhecido como reestruturação produtiva do capital desencadeou uma série de reformas de natureza econômica, social e política, "*em resposta à perda de rentabilidade e governabilidade que o capital enfrentou*" (Fiori, 2001 apud Soares, 2003). Tais reformas centram-se na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público e na redução do Estado.

O modelo de produção taylorista-fordista associado ao ideário econômico-estatal de Keynes impulsionou o forte crescimento econômico, especialmente no segundo pós-guerra. Todavia, tornou-se insustentável para assegurar a acumulação capitalista, no início da década de 70, à medida que as políticas de governo implantadas mostravam-se rígidas e dispendiosas para o capital (Harvey, 1992).

Segundo Harvey (1992), a palavra que melhor traduz o fordismo nesse contexto histórico do capitalismo é *rigidez*. "*Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável dos mercados de consumo invariantes*" (Idem, *Ibidem*: 135).

Tal rigidez, manifesta no modo de organização da produção, tornou o trabalho no universo fabril excessivamente parcelado<sup>1</sup>. As funções eram fragmentadas e colocadas, cada uma, sob a responsabilidade de um trabalhador específico, de modo que sua realização ocorresse no menor tempo possível. Havia também uma clara separação

---

<sup>1</sup> O aperfeiçoamento do processo de divisão técnica do trabalho ocorreu mediante o desenvolvimento de um conjunto de estratégias pelo engenheiro mecânico Frederick Winslow Taylor (1856–1915). O método, conhecido como *taylorismo*, apregoa a divisão e execução das tarefas entre os funcionários, de modo que cada um seja especialista em uma parte do processo produtivo. Os operários, em geral, realizavam atividades padronizadas, simples e repetitivas (CATTANI et. all, 1999).

entre elaboração e execução das tarefas; somente o supervisor da fábrica dominava o conhecimento sobre todo o processo de trabalho (CATTANI et. all, 1999; ANTUNES, 2005 e 2008).

A produção industrial baseada no binômio taylorista-fordista era cronometrada, com ritmo designado pelas esteiras e linhas de montagem<sup>2</sup>. Esse processo gerava não só uma produção em massa, homogênea, mas também consolidava um modelo de trabalhador fabril coletivo, o “operário-massa” (ANTUNES, 2005).

Outro indicativo da obsolência do modelo taylorista-fordista, nesse contexto de crise do capital, foi o padrão de regulação do mundo do trabalho, construído durante sua vigência. O compromisso do *grande capital* com o *grande trabalho* e o *grande governo*<sup>3</sup> (HARVEY, 1992) consolidou um sistema de proteção ao trabalho que implicava uma contratualização via relação salarial, por um longo prazo e com limites rígidos às demissões. Os salários deveriam ser ajustados conforme a variação dos preços e da produtividade geral. Tal acordo, por sua vez, tornou-se custoso ao capital. (HARVEY, 1992; RAMALHO e SANTANA, 2003; ANTUNES, 2005).

Além dos fatores supracitados, o excesso de fundos no mundo capitalista, a alta competitividade, a forte inflação no período considerado, a crise mundial nos mercados imobiliários, os choques do petróleo (em decorrência dos países árabes decidirem aumentar os preços durante a guerra árabe-israelense) e a crise fiscal do Estado (gastos além dos recursos), culminaram, em conjunto, na queda do fordismo e do padrão keynesiano de regulação do capital (HARVEY, 1992).

O cenário desse contexto consistia no forte endividamento estatal, decorrente do aumento das despesas públicas e da estagnação da capacidade fiscal. Segundo Harvey (1992:175), “*os mecanismos desenvolvidos para controlar as tendências de crises simplesmente terminaram por ser vencidos pelas forças das contradições subjacentes do capitalismo*”.

É importante destacar que a crise político-econômica que desencadeou a substituição do modelo fordista e do receituário keynesiano não se trata de um evento

---

<sup>2</sup> O grande introdutor das linhas de montagem no universo da produção foi Henry Ford (1863 – 1947), a partir de experiências obtidas nas fábricas de automóveis. Tal técnica consistia na utilização de esteiras no interior da fábrica e possibilitou a otimização do tempo de execução das diversas etapas do processo produtivo. O fordismo acabou se tornando um aperfeiçoamento do taylorismo. (CATTANI et. all, 1999)

<sup>3</sup> Termos utilizados por HARVEY em “A condição pós-moderna”, 1992. Grifo do autor.

singular na história. Antes, se coloca como elemento inerente ao modo de produção capitalista – MPC – e necessário para sua perpetuação enquanto modo de produção predominante (MARX, 1980 apud MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010).

A contradição fundante do MPC se expressa na premissa da constante ampliação e socialização da produção acompanhada por uma apropriação privada cada vez maior (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010: 182), o que resulta em uma “*concentração e centralização do capital*”, em “*uma constante expulsão da força de trabalho, criando uma população desempregada cada vez maior*”, em “*uma tendencial ampliação da pauperização absoluta e relativa*”, e em “*uma tendencial queda da taxa de lucro*” (MARX, 1980 apud MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010: 183).

A partir dessa contradição e seus efeitos, o capitalismo se desenvolve por meio das seguintes fases: “*estabilidade, animação crescente, prosperidade, superprodução, craque, estagnação, estabilidade etc.*” (MARX, 1980, v.3, p.416 apud MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010: 183). Nisto se compreende a funcionalidade das crises ao MPC. Elas servem para sua restauração e para garantir as condições necessárias à sua continuidade. Ou seja, “*as crises, expressando a contraditoriedade inerente ao MPC, são elas mesmas contraditórias: de uma parte trazem à luz as contradições do MPC; de outro, criam as condições para uma reanimação e um novo auge, isto é, para um novo ciclo*<sup>4</sup>.” (NETTO e BRAZ, 2010: 162).

### **1.1 A Contrarreforma do Estado e a Ofensiva Neoliberal**

Como desdobramento da crise estrutural do capital nas décadas de 70 e 80 se instaura a crise do Welfare State, ou Estado de Bem Estar Social (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010), “*único ordenamento sócio-político que, na ordem do capital, visou expressamente compatibilizar a dinâmica da acumulação e da valorização capitalista com a garantia de direitos políticos e sociais mínimos*” (NETTO, 1991:68).

Calcado na doutrina keynesiana de regulação do capital, o Estado de Bem Estar Social representou, num determinado momento, uma possibilidade de reprodução “democrática” da ordem do capital (NETTO, 1991). No entanto, dadas as suas contradições fundantes, acabou convertendo-se num limite à expansão do modo

---

<sup>4</sup> Destaque dado pelos autores.

capitalista de produção. Na medida em que houve um esgotamento desse modelo estatizante de intervenção na economia, as funções estatais foram questionadas quanto à possibilidade de indução ao crescimento econômico e à promoção de bem-estar (NETTO, 1991; BEHRING, 2008).

A crise do Estado de Bem Estar Social é comumente vista como uma crise fiscal do Estado, baseada, de acordo com a doutrina que o substituiu – o neoliberalismo –, “*na (suposta) “escassez” de recursos estatais*” (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010: 207). Segundo MONTAÑO e DURIGUETTO (Idem: Ibidem),

a diminuição das taxas de crescimento econômico é atribuída a fatores como: a elevada carga fiscal (impostos e tributos) aplicadas pelas políticas regulatórias (welfarianas) sobre o capital; as pressões políticas dos sindicatos para ampliar os salários, que tornariam a força de trabalho muito cara; os crescentes dispositivos de seguro social e de seguro-desemprego que provocariam desincentivo ao trabalho; a ampliação da intervenção estatal no campo social, a qual violaria os princípios de “liberdade”, a vida privada e a autonomia dos cidadãos, gerando um número crescente de novas expectativas e aumentando demandas sobre serviços e gastos públicos.

Esses fatores somados à crise do modo capitalista de produção nas décadas de 70 e 80 culminaram em um processo de reforma do Estado, fundamentado na doutrina econômica neoliberal, que “*restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia*” (NETTO, 1991).

A doutrina neoliberal advoga que é o mercado que determina o espaço legítimo do Estado. A função do Estado é prover uma estrutura para o mercado e prover serviços que o mercado não pode fornecer (NETTO, 1991: 79). Isto representa o retorno ao Estado mínimo, que se traduz numa ofensiva do capital contra o trabalho e toda ordem social conquistada por meio de lutas sociais e concretizada no desenvolvimento do Estado de Bem Estar Social.

O neoliberalismo propõe uma série de ajustes estruturais aos países capitalistas no intuito de solucionar os problemas advindos da crise do capital. Para tanto, difunde políticas que comportam orientações e condições direcionadas “*à busca de rentabilidade do capital por meio da reestruturação produtiva e da mundialização: atratividade, adaptação, flexibilidade e competitividade*” (BEHRING, 2008: 59).

Segundo Soares (2003), o ajuste neoliberal “*faz parte de uma redefinição global do campo político-institucional e das relações sociais*”, cujas principais consequências

são: "a informalidade no trabalho, o desemprego, o subemprego, a desproteção trabalhista e, conseqüentemente, uma nova 'pobreza'"(Idem, Ibidem: 20). Para a autora, esse processo desencadeia o chamado desajuste global, cujo impacto negativo do ponto de vista social foi generalizado, caracterizando-o como uma *modernização conservadora* do capitalismo (Idem, 2003).

Já para Behring (2008: 59), esse processo se trata

de uma contrarreforma, já que existe uma forte evocação do passado no pensamento neoliberal, bem como um aspecto realmente regressivo quando da implementação de seu receituário, na medida em que são observadas as condições de vida e de trabalho das maiorias, bem como as condições de participação política.

Os custos sociais advindos da adoção de tais políticas de ajuste e reestruturação têm sido pagos primordialmente pelos países periféricos. Na América Latina, por exemplo, as conseqüências sociais do ajuste neoliberal foram denominadas por SOARES (2003) "*desajuste social*", em virtude de não só agravarem as condições sociais preexistentes de desigualdade estrutural, mas também provocarem o surgimento de, entre outras coisas, novas condições de exclusão social (Idem, Ibidem: 21).

## **1.2 Reestruturação produtiva: fragmentação da classe e da consciência da classe trabalhadora**

Todo o contexto de crise do capitalismo e da alta competitividade dos mercados nos anos 70 provocou mudanças significativas no modelo de produção em curso. As grandes corporações entraram em um período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho (HARVEY, 1992).

"A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação" (HARVEY, 1992:140).

Esse processo não é somente marcado pela Revolução Tecnológica e Informacional, que introduziu a utilização da automação, da robótica e da microeletrônica no universo produtivo (ANTUNES, 2005). Seu ponto nevrálgico certamente é o advento de um novo padrão de acumulação capitalista baseado no

paradigma da flexibilidade, que extingue a produção em série para adequá-la cada vez mais aos interesses e à lógica do mercado (ANTUNES, 2005).

Denominado por Harvey (1992) “*acumulação flexível*”, esse modelo contrapõe-se fortemente aos métodos rígidos do fordismo porque “*se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo*” (Idem: ibidem: 140).

Essa flexibilização é notada nas variações em relação ao volume da produção, aos salários, aos horários, aos locais de realização do trabalho (dentro e fora da empresa), e até mesmo na estrutura organizacional e nas relações de produção, que perdem grande parte do caráter hierárquico e totalitário.

Nas palavras de Antunes (2005:24):

“buscam-se novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), a gestão participativa, a busca da qualidade total, são expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em vários países de capitalismo avançado e do Terceiro Mundo industrializado”.

Observa-se que esse período manifesta o surgimento de novos complexos industriais, que despontam como exemplos bem sucedidos do processo de reestruturação produtiva, dentre os quais se podem citar as experiências na “Terceira Itália”, em Flandres, na Suécia, no Vale do Silício nos EUA, em regiões da Alemanha, e no Japão (HARVEY, 1992; ANTUNES, 2005; ALVES, 2005). Dentre essas grandes experiências do modelo de especialização flexível, é mister destacar o modelo italiano e o toyotismo japonês.

Enquanto o modelo italiano, desenvolvido na região da Terceira Itália, inova por meio da especialização de pequenas firmas que mantém vínculos de cooperação e competição, da alta qualificação da força de trabalho, das relações de trabalho flexíveis baseadas na flexibilidade dos contratos e da jornada de trabalho e na circulação da força de trabalho (CATTANI et all, 1999), o toyotismo japonês altera significativamente a contraditória relação entre capital e trabalho ao inserir o trabalhador na organização do processo produtivo, dando subsídios ao engajamento subjetivo do operário. Este trabalhador passa a ter sentimentos de identificação, compromisso e pertencimento em relação à empresa (CATTANI et all, 1999).

Como apontado acima, essa radical reestruturação no mercado do trabalho tem sido executada à custa de enormes prejuízos para a classe trabalhadora. Em princípio porque reduz significativamente os postos de trabalho do operariado fabril, em virtude do incremento tecnológico adotado, gerando assim uma alta taxa de desemprego (ANTUNES, 2005).

De acordo com ANTUNES (2005:50), a expansão do desemprego tem se dado de maneira generalizada e contraditória, pois nota-se que a redução dos trabalhadores industriais é acompanhada pelo aumento considerável do número daqueles que se inserem precariamente. Há uma incorporação do trabalho feminino, ainda em condições inferiores em relação ao trabalho masculino, e uma exclusão dos jovens e dos mais velhos do mercado de trabalho.

Isto se deve, além da inovação tecnológica, às novas exigências do modelo de acumulação flexível no que se refere à qualificação do trabalhador. Requer-se que esse trabalhador possua uma formação integral e polivalente, “com capacidade de autonomia, de iniciativa e de renovação contínua de seus conhecimentos” (ALVES, 2005:70). Enquanto no modelo de produção taylorista-fordista o trabalhador tem suas qualificações incorporadas à máquina, e por isso não necessita de uma formação profissional altamente qualificada (CATTANI et. all, 1999), o modelo flexível atribui um especial destaque à formação profissional.

Um segundo aspecto que denota as conseqüências da acumulação flexível para os trabalhadores está diretamente relacionado ao primeiro, e diz respeito à imposição de regimes e contratos de trabalho que desconsideram grande parte dos direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo do desenvolvimento do modo capitalista de produção. Há uma visível “*redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário e subcontratado*” (HARVEY, 1992:143).

Harvey (1992:144) afirma que “*a atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins.*”

Todo esse movimento do capital se traduz como uma ofensiva direta aos direitos do trabalho, que por sua vez, são desregulamentados e flexibilizados, a fim de instrumentalizar o capital nessa nova fase (ANTUNES, 2005). Esses dois aspectos

citados, o desemprego e a precarização do trabalho, demonstram os impactos da acumulação capitalista sobre a classe trabalhadora, que acaba por experimentar, ao longo do desenvolvimento capitalista, processos de *pauperização* decorrentes da exploração do capital (MARX, 1980, apud NETTO e BRAZ, 2010). Segundo MARX (1980, apud NETTO e BRAZ, 2010: 135), essa *pauperização* pode ser absoluta ou relativa. No primeiro caso, ocorre uma degradação geral das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, advinda, por exemplo, da queda dos salários, aumento do desemprego, intesificação do trabalho etc. Já a *pauperização* relativa pode ocorrer mesmo quando as condições de vida de trabalho melhoram; “*ela se caracteriza pela redução da parte que lhes cabe do total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas*” (NETTO e BRAZ, 2010: 135).

ANTUNES (2005) e ALVES (2000) afirmam que as repercussões do modelo de acumulação flexível incorrem de maneira tanto material quanto subjetiva sobre o trabalho, pois além dos fenômenos da precarização dos postos e das relações de trabalho, do crescimento do subemprego e da informalidade e do aumento do desemprego, “*há um processo maior de heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora*” (ANTUNES, 2005).

Na visão de Antunes (1996), tais repercussões - materiais e subjetivas – são aspectos fundamentadores da crise que se instaura no mundo do trabalho com o advento da reestruturação produtiva. Essa é uma dupla crise, que atinge objetivamente a classe trabalhadora, ao provocar metamorfoses nos processos de trabalho, e subjetivamente, ao desencadear mudanças em sua estrutura e consciência. “*Essas crises alteraram substantivamente a forma de ser da classe trabalhadora e afetou intensamente os seus organismos de representação*” (ANTUNES, 1996: 78).

Como expressão mais evidente dessa crise, Antunes (2005: 67) destaca a *tendência de diminuição das taxas de sindicalização*, especialmente na década de 1980, fruto dos reflexos do processo de reestruturação produtiva, já referenciados anteriormente. A complexificação da estrutura da classe trabalhadora diante dos novos paradigmas do mundo do trabalho fragmenta este segmento e impossibilita sua articulação política na luta por seus direitos.

Com o aumento desse abismo social no interior da própria classe trabalhadora, reduz-se fortemente o poder sindical, historicamente vinculado aos trabalhadores “estáveis” e, até agora, incapaz de aglutinar os trabalhadores parciais, temporários, precários, da economia informal etc.

Com isso, começa a desmoronar o *sindicalismo vertical*, herança do fordismo e mais vinculado à categoria profissional, mais corporativo. Este tem se mostrado impossibilitado de atuar como um *sindicalismo mais horizontalizado*, dotado de uma abrangência maior e que privilegie as esferas intercategoriais, interprofissionais, por um certo tipo de sindicalismo mais capacitado para aglutinar o *conjunto* dos trabalhadores, desde os estáveis até os precários, vinculados à economia informal etc. (ANTUNES, 2005: 70)

Segundo Montaña e Duriguetto (2010: 215),

Essa fragmentação opera refrações na prática organizativa das classes trabalhadoras e pode criar, especialmente em conjunturas de crise, as bases para a institucionalização de formas corporativas de organização e a exclusão de um grande número de trabalhadores da representação sindical.

Existem ainda outros fatores que contribuem para enfraquecimento das lutas sociais dos trabalhadores nesse atual contexto do capitalismo. Os autores acima apontam como exemplo: a tendência à atitude “individual e defensiva” do trabalhador, frente ao medo do desemprego generalizado; a substituição das lutas de classes pelas “ações sociais” e “parceria”; a perda do poder de barganha do trabalhador; a pulverização e heterogeneização do trabalho; a substituição pós-moderna da classe pela “identidade” e da exploração pela “exclusão” etc.

Segundo Antunes, tudo isso dificulta ainda mais as possibilidades de desenvolvimento e consolidação de uma *consciência de classe dos trabalhadores*, fundada em um sentimento de *pertencimento de classe* (2005:72).

Nessa verdadeira dessindicalização e heterogeneização das classes trabalhadoras, os interesses dos trabalhadores aparecem cada vez mais diferenciados, por vezes até opostos, rompendo com a tendência à bipolarização das classes fundamentais que se podia vislumbrar no século XIX. (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010: 216)

É notável que, no âmbito ideológico, o modelo flexível também incrementou ao utilizar o elemento da subjetividade, estabelecendo uma nova forma de interação entre o capital e o trabalho, uma vez que o trabalhador é chamado à participação e maior realização no espaço de trabalho (ALVES; ANTUNES, 2000, 1999). Diferenciando-se radicalmente do modelo taylorista/fordista, que realiza uma expropriação intensificada do operário-massa, destituindo-o de qualquer participação na organização do processo de trabalho (ANTUNES, 1999).

Nessa perspectiva, o toyotismo japonês é a experiência que mais contribui para isso, na medida em que elimina o trabalho parcelar, típico do fordismo, e introduz o trabalho em equipe, fundamentado principalmente no envolvimento da força de trabalho. Segundo Alves (2000) o toyotismo “é um estágio superior de racionalização

*do trabalho*” (Idem: 31), que se utiliza de novas técnicas de gestão no processo produtivo, como os círculos de controle de qualidade (CCQs)<sup>5</sup>, o just in time e o kanban, para aumentar consideravelmente o grau de intensidade e controle do trabalho e instituir uma nova forma de captura da subjetividade operária, em que a subordinação do trabalho ao capital é tanto formal quanto intelectual.

O toyotismo surge no pós-guerra japonês, com a necessidade de destruir o sindicalismo de classe até então existente (ANTUNES, 1996). Em substituição, cria um sindicalismo de empresa, denominado por Antunes (Idem: 80) “*sindicalismo de envolvimento*”, que a rigor, “*não supõe a eliminação do sindicato e sim a conversão do sindicato combativo, autônomo, num sindicato de empresa*”, em que se observa

(...) o abandono de estratégias sindicais de classe e da crítica do controle do capital na produção, assumindo, ao contrário, estratégias sindicais pró-ativas à lógica do capital, compatível com o espírito do toyotismo, que incentiva o operário a pensar “pró-ativamente”, a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam (ALVES, 2000: 83)

Alves (2000) aponta que o toyotismo se constitui na atualidade como o “momento predominante” no “novo complexo de reestruturação produtiva”<sup>6</sup> devido a sua expansão para outras áreas geográficas e adaptação aos diversos países a partir da crise capitalista dos anos 70. Sua principal característica é a profunda e sutil captura da subjetividade da classe trabalhadora, que tende a dissolver as perspectivas classistas da prática operária e sindical.

Tal fragmentação na organização e na consciência da classe trabalhadora se apresenta evidente na análise do histórico das lutas sociais no Brasil. A ocorrência do processo de reestruturação produtiva acarreta incisivas determinações para o movimento de classe brasileiro, e suas implicações serão melhor abordadas no capítulo 3.

---

<sup>5</sup> Os Círculos de Controle de Qualidade, conhecidos como CCQs, são criados por iniciativa da empresa e se constituem como pequenos grupos de trabalhadores de uma determinada área de atividade, com a presença de um supervisor e um animador responsáveis pela comunicação entre o grupo e a gerência. Têm como objetivo envolver os empregados no processo produtivo, estimulando formas de organização do trabalho e tomada de decisão (CATTANI et al, 1999).

<sup>6</sup> Expressão utilizada por GIOVANNI ALVES em “O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo” para enfatizar a dimensão da organização da produção e do trabalho na reestruturação produtiva, além de sua dimensão tecnológica.

## CAPÍTULO II

### Classe Trabalhadora Brasileira – Influências, Organização e Lutas

#### 2.1 Origem

Embora se perceba no processo político das conquistas sociais no Brasil uma aparente ausência de participação das classes dominadas (FONTES, 2010), tanto o modo de produção como as intervenções estatais na disciplina do mercado estão relacionados e determinados pelo grau e a forma como a classe trabalhadora se organiza e se reconhece como tal. Da mesma forma, o movimento inverso é evidente quando se observa o histórico dos movimentos de classe, e principalmente da organização sindical, uma vez que estes se originam e se desenvolvem em meio às metamorfoses no modo capitalista de produção, e são essas transformações que forjam e desenham as características dos movimentos sindicais através dos tempos, por meio dos embates, e conseqüentes derrotas ou conquistas (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010).

A evolução e desenvolvimento do capitalismo no Brasil e sua reestruturação produtiva não podem ser entendidos sem uma análise histórica das lutas sociais e da organização da classe trabalhadora. Tais lutas são impulsionadas pelas condições precárias experimentadas pelos trabalhadores, fruto da dinâmica estrutural desse modo de produção.

Péssimas condições de trabalho e de vida atingiam níveis críticos na classe operária desde o início do processo de industrialização brasileiro. A ausência de direitos mínimos, tais como descanso semanal remunerado, férias, salário mínimo e aposentadoria, combinados com a alta miserabilidade e condições de moradia precárias nos bairros operários, refletia nas reivindicações dos partidos operários criados ao longo da República Velha (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010).

Os trabalhadores se organizaram inicialmente em corporações, tendo como objetivo a prestação de serviços, consolidando as chamadas sociedades de auxílio mútuo. Tal movimento era dirigido pela Igreja Católica e se embasava em critérios filantrópicos, desprovidos de caráter reivindicatório ou de confronto ao sistema hegemônico, o que lhe conferia reconhecimento por lei e respaldo governamental. Desde a passagem do século esta dinâmica de apoio e oficialização de movimentos sociais que se alinhavam com os interesses das classes dominantes está presente, e se

estende de diversas formas ao longo do processo de desenvolvimento das lutas sindicais (AMBRAMIDES e CABRAL, 1995).

É nesse período que se constata o surgimento da classe trabalhadora no Brasil, fortemente marcada pelo pensamento de imigrantes europeus que tiveram contato com as lutas operárias em seus países, e cuja influência, sobretudo anarquista, incidiu sobre as formas de organização e na concepção política e ideológica da classe operária brasileira. O anarco-sindicalismo se consolida como expressão do anarquismo no Brasil, visando o fim do sistema capitalista através exclusivamente da ação direta do movimento sindical (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010).

Outra influência estrangeira ao pensamento da classe operária do início do século foi o socialismo, trazido, sobretudo por imigrantes alemães. O pensamento social-democrata se expandiu, principalmente no sul do país, defendendo a necessidade de combinar a luta sindical ao envolvimento político partidário. Esta doutrina teve seu surgimento na Europa substanciada em um claro caráter revolucionário, porém outras propriedades foram sendo agregadas ao pensamento socialista, conferindo-lhe características reformistas, *“acreditando que o processo de transformação social deva ocorrer de forma lenta e gradual, passa a pregar a colaboração de classes e propor que a ação dos sindicatos se restrinja às reivindicações econômicas”* (ABRAMIDES e CABRAL, 1995: 38).

O anarco-sindicalismo e o reformismo foram as correntes ideológicas que ganharam representação nas direções das organizações sindicais nas primeiras décadas deste século. Além destes, havia os sindicalistas amarelos, que se caracterizavam pela dependência do Estado e por defenderem a conciliação entre capital e trabalho (ANTUNES, 1985). Esta tendência toma forma clara com a realização do IV Congresso Operário Brasileiro em 1912, promovido pelo filho do presidente marechal Hermes da Fonseca, como uma tentativa de cooptação da classe operária pelo incentivo às obras de caráter assistencial e criando sindicatos oficiais ligados ao governo.

Em decorrência da queda dos salários provocada pela crise econômica do pós-primeira guerra, no período entre os anos 1917 e 1920 ocorreram inúmeras greves, a despeito da dura repressão estatal. Diversas mobilizações resultavam em insurreições e revoltas gerais, e a resposta do Estado era brutal, reprimindo violentamente os revoltosos, fechando sindicatos, perseguindo os líderes sindicais mais aguerridos, e

expulsando do país militantes estrangeiros. (GIANOTTI, apud MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010: 235).

Mesmo sofrendo derrotas e embora se tratasse de um momento histórico em que a classe operária industrial ainda não representava uma proporção tão significativa da força de trabalho e da economia brasileira, as lutas realizadas na República Velha são fundamentais no processo de criação de identidade na classe trabalhadora brasileira.

## 2.2 Luta de Classes e as intervenções do Estado

A concepção das ações anarco-sindicalistas se revelam insuficientes e, incentivado pela vitória da Revolução Bolchevique na Rússia, o socialismo ganhava mais espaço no pensamento político do movimento operário. É criado o Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1923 tendo em seus eixos a proposta de uma concepção política que apontasse para a revolução brasileira (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010).

Com a consolidação do movimento operário no Brasil a face política da questão social<sup>7</sup> ganhava reconhecimento por parte do Estado, demonstrando que a repressão pela violência era insuficiente para suprimir a crescente incorporação dos trabalhadores aos movimentos de classe. Já não era mais estratégico ignorar as classes subalternas ou tratá-las unicamente como “caso de polícia”, sendo assim o capital foi forçado a realizar certo recuo na sua acumulação, “*após a degola das lideranças populares, os setores dominantes precisariam, entretanto “pacificar” tais setores populares, o que se realizou através da formulação legal de direitos*” (FONTES, 2010: 315)

As legislações não eram de caráter amplo e inclusivo, tampouco possuíam potencial transformador, pois trouxeram consigo a proposta de cooptação e controle governamental das organizações sindicais. A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) marca o controle governamental do movimento operário, pois além de estabelecer o controle financeiro das organizações sindicais, condicionava

---

<sup>7</sup> Para fins deste trabalho, a “questão social” é apreendida como “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista” (IAMAMOTO, 2006: 27), que se originam fundamentalmente na contradição que se estabelece na relação entre o capital e o trabalho (NETTO, 2001). Seu surgimento, bem como as transformações em sua forma de expressão, está vinculado essencialmente à sociedade capitalista e seu respectivo modelo de produção.

a concessão dos benefícios das novas leis trabalhistas à vinculação do trabalhador aos sindicatos oficiais.

Deste modo, os conflitos eram canalizados para dentro do aparelho estatal, que mantinha controle rígido e impunha diversas limitações à prática sindical, como o afastamento dos líderes mais combativos dos cargos de direção e a restrição de participação de trabalhadores estrangeiros (ABRAMIDES e CABRAL, 1995). Apesar da pressão sofrida pelas lideranças dos sindicatos de caráter combativo, houve forte contestação ao controle estatal sobre o sindicato e muitos operários mantiveram os sindicatos livres criados nos períodos anteriores até 1937.

O desenvolvimento da classe trabalhadora proporcionou a criação de pautas de lutas, onde se listava a luta contra o fascismo, a reforma agrária e a nacionalização de empresas estrangeiras. Forma-se a Aliança Nacional Libertadora (ANL) como frente popular combativa, congregando socialistas, operários, setores progressistas da classe média e estudantes. Tais avanços pautados em reivindicações classistas e democratizantes representaram ameaças ao Estado, que reagiu com um violento ataque a ANL, chamado pela direita de “Intentona Comunista” (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010), que ocasionou a prisão e execução de lideranças sindicais e operárias, e a proibição de atividades sindicais, que não as ligadas ao sindicato oficial.

É decretado o Estado Novo em 1937, representando uma intensa repressão ao movimento operário. Os sindicatos oficiais crescem e se extingue a perspectiva sindical baseada na luta de classes e na superação da lógica capitalista. Os sindicatos e partidos são induzidos a burocratização que transforma problemas políticos em administrativos, e se convertem em espaços para a busca de favores junto a burocracia estatal (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010).

Essa estratégia do capital no sentido de antecipar a regulamentação de benefícios e leis trabalhistas contribui para a aparência de falta de participação das classes dominadas no processo da história política, e de uma burguesia “*geradora de uma história eternamente realizada pelo alto e de cima ora baixo*” (FONTES, 2005: 314). Essa tendência se tornava sólida à medida que os direitos e as políticas trabalhistas não eram passadas como fruto das lutas da classe trabalhadora, mas concessões e benefícios doados pelo Estado (IANNI, 1995).

Com o fim do Estado Novo em 1945, as lutas pela liberdade de organização sindical são retomadas e é criado o Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT), como central sindical livre em oposição ao sindicalismo oficial (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010). Novos partidos políticos são criados em acordo com os setores dominantes, e o PCB volta à legalidade, alcançando bons resultados nas eleições.

O período que se segue é marcado por diversas lutas sociais, e pela aproximação dos trabalhadores urbanos e rurais no início da década de 60. Intensas mobilizações sociais ocorrem, como a greve dos 700 mil operários em São Paulo. As reivindicações dos trabalhadores colocavam em risco o pacto proprietário em vigor e despertavam maior violência por parte da classe dominante, uma vez que aproximava trabalhadores do setor urbano e rural (FONTES, 2010). Deve se observar que *“não somente os trabalhadores possuem organização; os grupos de direitas, contando com o respaldo do exterior, usam todo tipo de artifício e violência contra os sindicalistas e trabalhadores”* (ABRAMIDES e CABRAL, 1995:59).

Contra estes atos e reivindicações as camadas médias tradicionais mobilizaram-se através da marcha pela família, com Deus e pela liberdade, e no dia 31 de março de 1964 inicia-se o período da autocracia burguesa no Brasil (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010: 240).

No decorrer desse período, é intensificado o impulso da concentração de capitais e se fortalecem os setores conservadores e o poder de organização e coerção das classes dominantes (FONTES, 2010). Progressivamente, a autocracia burguesa passa a ter seus movimentos determinados pelo capitalismo mundial, se descolando dos setores da sociedade (IANNI, 1995), configurando uma crise que desencadearia o seu fim em 1977, quando as organizações sindicais retomarão sua ação política.

A partir de 1978, a classe trabalhadora começa a se orientar em uma prática e concepção sindicais diferentes das experimentadas em períodos anteriores e durante a autocracia burguesa, dando origem a um importante marco na história e luta dos movimentos de classe. O sindicato surge como um instrumento de luta de caráter independente dos partidos e do governo, procurando romper com a estrutura sindical corporativa e comprometida com os princípios do Estado Novo e da autocracia burguesa.

Esse sindicalismo combativo de massas, se contrapõe ao sindicalismo “oficial”, à estrutura sindical vigente de cunho corporativista, herdada do período getulista e que na Carta Del Lavoro, de Mussolini, as bases

ideológicas de atrelamento do sindicato ao Estado e sob seu controle (ABRAMIDES e CABRAL, 1995: 97).

Dentre os principais marcos do Novo Sindicalismo estão a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT). É estabelecido no Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras em 1983 a fundação da CUT, tendo como princípios a defesa da democracia sindical, a unidade da classe trabalhadora e afirmava a luta por uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia política, social e econômica (ABRAMIDES e CABRAL, 1995).

O Partido dos Trabalhadores surge em 1980, como expressão de importantes movimentos que se desenvolviam simultaneamente: as greves dos metalúrgicos do ABC Paulista, tendo como principal representante Luis Inácio Lula da Silva; o pensamento da Teologia da Libertação no âmbito da igreja católica; e o retorno a atividade política de intelectuais reprimidos durante a ditadura, agora anistiados. O PT representava no início de sua trajetória *“um instrumento político de expressão dos interesses da classe trabalhadora, tendo nos interesses dessa classe a referência central para um projeto de transformação da sociedade”* (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010: 243).

A classe trabalhadora experimentou uma fase muito combativa e democratizante no Novo Sindicalismo, conformando estruturas sólidas e instrumentos eficazes para a luta no campo político partidário e no sindical, e seria necessário um processo de contenção muito mais longo e complexo para derrotá-lo (FONTES, 2010).

## CAPÍTULO III

### Manobras do Capital e seus reflexos na Classe Trabalhadora no Brasil

Mostrava-se imperativa ao capital a necessidade de responder ao avanço do novo sindicalismo, que consolidava formas de confronto mais estruturadas, e diante das imposições por parte das empresas transnacionais às suas subsidiárias no Brasil, e dos impulsos pela competitividade internacional, foi impresso no modelo capitalista industrial brasileiro as marcas do modelo de acumulação flexível, que traria em seu cerne as receitas para a precarização do trabalho (ANTUNES, 2006).

O padrão de acumulação industrial brasileiro - até então baseado no modelo fordista e centrado no tripé capital nacional, capital internacional e setor produtivo estatal - passa por mutações em suas estruturas, dando espaço às novas formas de organização social do trabalho. Segundo Montaña e Duriguetto (2010: 244), essa incorporação das novas técnicas organizativas da produção foi mediada e, de certa forma, acirrada, pelas características próprias da formação social brasileira: “*periférica e dependente*”.

O Brasil experimentou a consolidação do desenvolvimento industrial no modo de produção capitalista tardiamente (ANTUNES, 2006), de modo que o processo de reestruturação produtiva no Brasil ganhou intensidade na década de 1990, acompanhado pela implantação de políticas neoliberais, por meio da adesão ao Consenso de Washington, principalmente nos governos de Collor e FHC (ANTUNES, 2006).

Todo esse contexto é norteado pela implementação de políticas que

implicaram um desmonte do Estado por meio da redução de sua atividade regulatória e produtiva – privatizações, abertura comercial e financeira-, ampliação do espaço privado no campo dos direitos sociais e reduções dos investimentos públicos na área social” (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010: 244).

Os impactos desses processos no mundo do trabalho foram devastadores, e as conseqüências para a classe trabalhadora tornaram-se ainda mais cruéis. Constata-se não só uma intensificação do trabalho e da produção, mas também o início de uma desregulação do trabalho, observada na redução do número de trabalhadores, terceirização da força de trabalho, ampliação das formas de subcontratação etc. (ANTUNES, 2006:18).

Esse quadro de desregulação do trabalho no Brasil é visto por Cardoso Jr. (2001) em dois vetores: *desestruturação e desregulamentação do mercado de trabalho*<sup>8</sup>. O primeiro tem início em 1980 e se intensifica a partir dos anos 1990. O processo de *desestruturação do mercado de trabalho* brasileiro se caracteriza pelo crescimento do setor terciário da economia e da informalidade nas relações de trabalho, ampliação das taxas de desocupação e desemprego, precarização dos postos de trabalho e estagnação relativa dos rendimentos e de sua distribuição.

O segundo vetor apresenta, no mesmo período, dois comportamentos distintos. Durante a década de 1980, em meio ao processo de redemocratização do país, fortemente influenciado pelos movimentos sociais e sindicais, amplia-se a regulamentação no mercado de trabalho brasileiro, com o reconhecimento de diversos direitos sociais e trabalhistas. No entanto, a partir de 1994, inicia-se uma onda sutil de *desregulamentação do mercado de trabalho*, com a alteração de importantes dispositivos consolidados na legislação trabalhista e na própria Constituição de 1988.

A desconstrução de direitos conquistados através de longos processos de lutas sociais foi impulsionada pela prática governamental de apresentá-los não como fruto de lutas, mas concessões e outorga do Estado, o que transforma a cidadania em uma tendência precária, tutelada e raramente plena (IANNI, 1995). Apesar de considerar a distinção entre cidadania e liberdade, bem como entre emancipação política e emancipação humana, a desconstrução desses direitos se constitui uma perda para a classe trabalhadora, uma vez que

“a emancipação política não é uma situação estática, mas um campo, uma arena de luta, um resultado das lutas sociais – ainda que, em última instância, sob a regência do capital – de modo que o seu abandono pela classe trabalhadora significaria ceder terreno para os interesses da burguesia” (TONET, 2007: 6)

De acordo com Behring (2008: 221), esses passos da contrarreforma do Estado brasileiro quanto à flexibilização da legislação do trabalho ao longo dos anos 1990, no intuito de assegurar a inserção do país no novo universo do capitalismo mundial, contribuíram para “o desemprego, a informalização, a precarização e a superexploração dos trabalhadores brasileiros”.

---

<sup>8</sup> Grifo do autor.

Tais políticas de ajuste vem sendo apresentadas pelo capital e pelo governo como a única estratégia para saída da “crise” fiscal do Estado brasileiro (MONTAÑO e DURIGUETTO; BEHRING, 2010, 2008), amplamente difundida e socializada com objetivo de obter o consentimento dos trabalhadores, bem como, instruí-los nos novos valores sociais, éticos e políticos, que justificam as mudanças no modelo de produção e o desmonte dos parâmetros de proteção social (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010: 244).

Nesse sentido, há um redirecionamento do conteúdo das ações e manifestações sindicais induzido pela ofensiva ideológica do capital, que faz com que os trabalhadores se posicionem de modo a “*privilegiar a conjuntura de crise em detrimento do embate em torno dos projetos societais*” (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010:244).

Concretamente, o que se teve foi que o pano de fundo que conjugava desemprego e precariedade do trabalho fez também com que os sindicatos mudassem as pautas de reivindicação. Se nos anos 1980 a questão econômico-salarial tinha prioridade, nos anos 1990 (principalmente em sua segunda metade), a temática da garantia do emprego e as tentativas de combate ao desemprego assumem o primeiro plano. (RAMALHO e SANTANA, 2003: 32)

Essas mudanças nas pautas reivindicativas dos movimentos sindicais apontam para a apresentação de propostas de cunho prático e imediatista, vinculadas às necessidades mais “urgentes” da classe trabalhadora e destinadas a preservar as conquistas já obtidas ou que podem ser garantidas nesse contexto de crise (MOTA, 1995 apud MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010: 244).

Essa “cultura da crise” é materializada fortemente nas organizações sindicais, que passam a ser marcadas por iniciativas *pragmáticas* (dita “de resultados”), contribuindo para que se desenvolva uma crise do sindicalismo de classe e sua conversão num *sindicalismo de parceria, de envolvimento*. (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010: 244)

Essa relação de *envolvimento* se manifesta tanto em virtude da nova organização do processo produtivo, como também das orientações neoliberais que enfatizam a criação e desenvolvimento de “programas de responsabilidade social” por parte das empresas, os quais, por sua vez, contam com a colaboração dos trabalhadores e dos patrões em sua execução (NEVES, 2005). Conseqüentemente,

O trabalhador contemporâneo vai paulatinamente abdicando de sua função militante e transmutando-se em voluntário. Ele vai, no seu próprio ambiente de trabalho, transfigurando-se em um cidadão colaborador, que abdica espontaneamente do enfrentamento do patrão na defesa de seus direitos e das condições de trabalho.” (NEVES, 2005: 90).

O fomento a este tipo de engajamento “*enfraquece a articulação dos movimentos dos trabalhadores na luta pelo seu projeto societário*” (SOARES SILVA, 2008) e tem como alvo conduzir os trabalhadores à adesão ao projeto do capital como colaboradores, configurando-se como uma “*forma de envolvimento manipulatório levado ao limite, no qual o capital busca o consentimento dos trabalhadores, no interior das empresas, para viabilizar um projeto que é aquele desenhado e concebido segundo os fundamentos exclusivos do capital*” (Idem, Ibidem: 117).

### **3.1 Movimento Sindical no novo contexto neoliberal**

Nesse quadro, a configuração dos movimentos sindicais e também dos movimentos sociais em geral, acaba sendo determinada, além das transformações estruturais referenciadas, pelo projeto societário de consolidação da hegemonia da classe burguesa brasileira (NEVES, 2005). Tal projeto visa o enfraquecimento político da classe trabalhadora no espaço nacional por meio de certa camuflagem das contradições inerentes às relações de exploração e expropriação (NEVES, 2005:89).

Neves (2005) compreende esse contexto como o fortalecimento da nova pedagogia da hegemonia, que “*vem se efetivando por intermédio da repolitização das relações de produção*” e “*se consolidando também por meio das redefinições da relação entre sociedade política e sociedade civil*” (Idem, Ibidem: 89). Para a autora, isso simboliza uma *despolitização e repolitização política da sociedade civil*. A primeira significa a inviabilização dos projetos questionadores das relações capitalistas de produção, enquanto a última faz referência ao fortalecimento de práticas que induzam à conciliação de classes (Idem, Ibidem: 91).

O sindicalismo brasileiro experimenta a repolitização (NEVES, 2005) através da criação de uma nova base sindical na qual as ideias e práticas neoliberais seriam legitimadas. Tal crise encontra representação na Força Sindical, entidade alinhada com os interesses de setores empresariais, criada em 1991 durante o governo Collor, postulando a defesa de princípios neoliberais tais como “*a retirada definitiva da interferência do Estado das relações capital e trabalho*” (FORÇA SINDICAL, 1993 p. 107-108 apud NEVES 2005). Destaca-se um padrão de sindicalismo corporativista e voltado unicamente à ações pragmáticas visando resultados, configurando-se o chamado sindicalismo de parceria (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010).

A proposta não combativa se expressa na crise do sindicalismo também pela redefinição da Central Única dos Trabalhadores, que passaria a adotar um caráter contrário a seu ideal original. Paulatinamente, sua aparelhagem sindical desenvolvia-se no sentido de se adequar ao neoliberalismo, burocratizando-se e assumindo uma postura mais negociadora e menos combativa (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010).

Nesta vicissitude de paradigmas, os sindicatos tornam-se parceiros do Estado, por sua vez, coordenado pela classe dominante, de modo que a luta democratizante daria lugar à gestão burocrática, e o sentido do termo democracia se resumiria à “*capacidade gerencial de conflitos*” (FONTES, 2005). As iniciativas de organização dos trabalhadores enquanto classe social passava a ser desmembrada, até diluir suas características antissistêmicas. “*Admitia-se o conflito, mas este deveria limitar-se ao razoável e ao gerenciável, devendo seus protagonistas admitir a fragmentação de suas pautas em parcelas administráveis*” (FONTES, 2005: 263), ou simplesmente reprimíveis, como no caso da violência dispensada pelo governo FHC ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST.

O PT acompanhou um movimento semelhante, tendo uma vez representado a união de forças políticas dispostas a consolidar no Brasil um processo contra-hegemônico, caminhava durante a década de 1990 rumo à novas tendências políticas, mais sintonizadas com a nova social democracia e a nova esquerda (NEVES, 2005) e de um partido cujo fulcro primordial era a construção da experiência coletiva, nos moldes de organização da base popular (FONTES, 2005) passou a assimilar a agenda política da classe dominante “*que incorporava subalternizando setores populares em uma agenda de cunho democrático-filantrópico a qual substituiu o tema igualdade pelo tema pobreza como foco*” (NEVES, 2005: 114).

Para se compreender as influências que coordenaram de maneira planejada e intencional tais metamorfoses no interior dos movimentos de classe, é preciso considerar o intenso impulso de concentração de capitais, coordenados simultaneamente pela concentração monopólica incubada no período da ditadura e pelo capital internacional, que lançam os trabalhadores brasileiros numa expansão das relações sociais capital-imperialistas (FONTES, 2005) sob o qual novas formas de coerção e controle da classe trabalhadora são fortalecidas.

Segundo Neves (2005), esse *projeto de sociabilidade burguesa*, que tem

provocado metamorfoses na arquitetura da sociedade civil, está se implantando e consolidando ao longo do desenvolvimento do neoliberalismo no Brasil. A autora aponta três momentos históricos distintos em que se confere esse processo. O primeiro momento se inicia com a implantação desse projeto de sociabilidade na metade dos anos 1990, e se estende até a implementação do Plano Real. É marcado, principalmente, pelo combate ao sindicalismo autônomo dos trabalhadores e pela proliferação dos “novos movimentos sociais”, “*ou seja, aqueles que se articulam em torno de interesses não diretamente relacionados às relações de trabalho*” (Idem, Ibidem: 92).

O segundo momento diz respeito aos dois governos Fernando Henrique Cardoso, que se voltaram prioritariamente à reestruturação do Estado e estabeleceram a privatização como principal política estatal. Em ambos os governos houve uma dedicação em implantar uma nova relação entre Estado e sociedade, por meio do incentivo à participação, à solidariedade e ao senso de responsabilidade social.

Em suma, foram esses fundamentos norteadores de todas as políticas governamentais que efetivaram a desresponsabilização direta e universal do Estado pela proteção ao trabalho e estimularam o desenvolvimento de um associativismo prestador de serviços sociais de “interesse público”, em oposição ao associativismo majoritariamente reivindicativo de direitos dos anos 1980 (NEVES, 2005: 95).

O terceiro momento desse projeto de sociabilidade neoliberal iniciou-se com o governo Lula da Silva, em que foi dada “*continuidade à execução de reformas estruturais, em especial daquelas que visam à desregulamentação das relações de trabalho (reformas da Previdência, trabalhista e sindical)*” (NEVES, 2005: 95). O governo Lula da Silva, em seu primeiro mandato – que é o período analisado no texto da autora – tem se esforçado para a realização de um pacto nacional, cuja proposição é conseguir a submissão consentida do conjunto da sociedade aos ideais da classe dominante no Brasil. O governo Lula não se orientou em alterar substantivamente as estratégias estatais de legitimação social executadas pelo seu predecessor.

A parceria continuou a ser o eixo norteador da nova relação entre Estado e sociedade civil, voltada predominantemente para a prestação de serviços sociais dos cidadãos discriminados da sociedade brasileira. (NEVES, 2005: 96)

Percebe-se na dinâmica petista um transformismo em larga escala denominado por Eurlino Coelho de “*Esquerda para o Capital*” (COELHO, 2005 apud FONTES, 2005). A expressão mais clara desse movimento se deu com “*a legitimidade aportada pelo governo Lula da Silva, que utilizando-se do mesmo mix truculência/sedução, se*

*aprofundaria o papel de alavanca à concentração de capitais” e “concluiria a desfiguração das direções do movimento sindical no Brasil”(FONTES, 2005:336).*

Diretamente ligados a crise vivenciada pelo movimento sindical e a crise da dependência da CUT em relação ao Governo Lula, ocorrem rompimentos com a CUT, após o ano de 2003, de grupos militantes que criam novas centrais sindicais. Destacam-se a construção da Central Sindical e Popular – Coordenação Nacional de Lutas (CSO - Conlutas), e a Intersindical (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010). Estes grupos fazem oposição e ao seu modelo de dependência financeira, política e ideológica da esfera estatal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise construída neste Trabalho de Conclusão de Curso pretendeu demonstrar, ainda que generalizadamente, as repercussões do processo de reestruturação econômico brasileiro, ocorrido a partir dos anos 1990, sobre os movimentos de classe no Brasil, considerando em especial o movimento sindical.

Para tanto, introduziu-se o debate acerca das transformações capitalistas no interior do mundo do trabalho a partir da década de 1970, e da estratégica ofensiva do capital contra o trabalho e os direitos do trabalho na implementação de uma contrarreforma do Estado, que apregou a flexibilização dos direitos sociais como um todo e a desresponsabilização do Estado quanto à questão social. O intuito foi compreender como este panorama global interfere no modo de organização da classe trabalhadora a partir desse período. Constatou-se que esse contexto gera uma ruptura na consciência da classe trabalhadora, provocando uma inerente fragmentação de classe.

Também foi necessária à análise que aqui se constrói o breve histórico sobre o surgimento do movimento sindical no Brasil, desenvolvido no segundo capítulo. Percebe-se a clara influência do Estado e do pensamento hegemônico do capital nos momentos de alta e baixa mobilização social da classe trabalhadora, e as artimanhas da classe dominante durante os processos de conquistas sociais, que ora se coloca como repressor, ora como conciliador.

Finalmente, abordou-se no terceiro capítulo a atual configuração do movimento sindical e de seus instrumentos face ao processo de reestruturação produtiva e de adesão ao projeto societário neoliberal, que tem provocado inúmeras metamorfoses na *forma de ser da classe trabalhadora* brasileira. Neste estudo, constatou-se que nesta fase do capitalismo o sindicalismo brasileiro se mostra fragilizado e, de certa forma, limitado para fazer frente à hegemonia do capital.

Isto se observa nos inúmeros problemas enfrentados pelos movimentos sindicais brasileiros na atualidade. Em princípio, nota-se uma fragmentação da classe trabalhadora decorrente tanto do processo de reestruturação produtiva como também da multiplicação das centrais sindicais a partir dos anos 1990. A criação da Força Sindical, cuja proposta é um sindicalismo de parceria, gerou, além de uma ruptura entre os

trabalhadores sindicalistas, um apassivamento nas relações de trabalho desfavorável à classe trabalhadora.

Da mesma maneira, a CUT também tem modificado radicalmente sua forma de atuação, transformando-se em “cidadã”, abandonando gradativamente os instrumentos de mobilização sindical e se apegando aos instrumentos de negociação. Estes últimos chegaram a ser utilizados em outros momentos da história, todavia, sob uma perspectiva de crítica e contrária à lógica do capital. Hoje, são os instrumentos mais utilizados para garantir melhorias à classe trabalhadora, baseando-se numa suposta inexistência de conflito nas relações sociais de classe.

Acredita-se que a concorrência entre as centrais sindicais é outro fator de desmobilização e enfraquecimento dos movimentos sindicais, tendo em vista que impossibilita a elaboração de políticas sindicais que atendam as novas categorias de trabalhadores provenientes do processo de reestruturação produtiva. Nesse universo, destacam-se os trabalhadores informais, excluídos da luta sindical em face ao corporativismo das centrais sindicais, que acabam não desenvolvendo políticas que envolvam estes trabalhadores.

O que se constata nesse quadro é uma crise de representatividade do movimento sindical, que se confirma não só na redução dos quadros de filiação, mas também na mudança nas estratégias de atuação dos sindicatos a fim de se adequar ao contexto neoliberal que impõe metamorfoses à dinâmica produtiva, bem como à organização da classe trabalhadora.

As manobras da ofensiva neoliberal, como descritas no decorrer deste trabalho, desencadeiam dois processos. A Crise do Capital e o enfraquecimento dos instrumentos de classe. O primeiro, caótico e inerente a este modo de produção, o segundo necessário para silenciar aqueles que se oponham a ele, garantindo a perpetuação do caos. Na semana de apresentação deste TCC estes processos encontram uma atualíssima expressão nas revoltas experimentadas na Inglaterra, onde partidos e sindicatos ditos de esquerda, mas profundamente pautados no modelo precarizador neoliberal, já não se apresentam como legítimas representações para a classe trabalhadora, que passa a enxergar poucas alternativas para sua manifestação e luta, diante do descaso estatal para com a pobreza e precarização do trabalho. Semelhantemente, no Chile, um país onde a

educação pública beira a inexistência, a classe trabalhadora se organiza e manifesta-se para que o Estado assuma seu papel, enfrentando repressão e violência.

Uma curiosa exemplificação se revela, quando a história os apresenta como dois países pioneiros na implementação da agenda neoliberal, através da ditadura de Pinochet e do governo de Thatcher, e nesta ocasião presente tem simultaneamente suas bases questionadas. Não há indícios de ligação entre os movimentos, embora aconteçam ao mesmo tempo. Entretanto, a data das manifestações e a coincidência de ocuparem mesmo bloco nos telejornais não é a única semelhança entre eles. Tratam-se de respostas populares ao atroz modelo explorador capitalista e suas mais cruéis manobras estratégicas, diferentes gritos de uma dor comum, dois movimentos singulares advindos de uma mesma raiz.

Como abordado neste trabalho, sindicatos e partidos atrelados aos interesses exclusivos do capital são realidades também no Brasil, que vivencia com grande expressividade uma crise em seus movimentos de classe decorrentes da ofensiva neoliberal.

Visualizam-se como problemas relacionados aos movimentos sociais e aos movimentos de classe, que poderão ser alvos de futuras pesquisas: o papel do serviço social no contexto da crise do sindicalismo contemporâneo; a importância da formação política e crítica dos trabalhadores para a preparação da classe para as lutas sociais, e suas manobras; o papel das mídias sociais para organização e mobilização dos sujeitos sociais na atualidade e na formação política.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni e ANTUNES, Ricardo. *As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital*. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>, acessado em 25/04/2009.

ALVES, Giovanni. *O (novo) e precário mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. Coleção Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. In: A explosão do desemprego e as distintas modalidades de precarização do trabalho. Coleção Mundo do Trabalho, (org.) Ricardo Antunes. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no Mundo do Trabalho*. 10ª Edição. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

\_\_\_\_\_. *Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho*. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 50, São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. *As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais*. In: Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo. SILVA e SILVA, Maria Ozanira e IAZBECK, Maria Carmelita (org.). 2ª Edição. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2008.

\_\_\_\_\_. *O que é sindicalismo?*. Coleção Primeiros Passos, v.24. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em Contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 2008.

CARDOSO JR., José Celso. *Crise e desregulação do trabalho no Brasil*. Brasília: IPEA, 2001.

CATTANI, Antonio David (org.). *Trabalho e Tecnologia. Dicionário Crítico*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: Teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz e Editora UFRJ, 2010.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 10ª Edição. São Paulo: Cortez, 2006.

- IANNI, Octávio. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- MARTINS, Gilberto de Andrade e THEÒPHILO, Carlos Renato. *Metodologia da investigação científica para Ciências Sociais Aplicadas*. São Paulo: Atlas, 2007.
- MONTAÑO, Carlos e DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, classe e movimentos sociais*. Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.
- NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social. 6º Edição. São Paulo: Cortez, 2010.
- NETTO, José Paulo. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Introdução ao método da teoria social*. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Cinco notas a propósito da “questão social”*. In: *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2001.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia*. In: *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.
- RAMALHO, José Ricardo e SANTANA, Marco Aurélio (org.). *Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. In: *Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão sindical*. Coleção Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.
- SILVA, Rodrigo Ferreira Nery. *Somos fortes, somos CUT? Precarização e discurso da CUT-PE (1989-1999)*. Dissertação de mestrado. Recife: UFPE, 2007.
- SOARES, Laura Tavares. *O desastre social*. Rio de Janeiro: Record, 2003. Coleção: Os porquês da desordem mundial.
- SOARES SILVA, Marcela. *O fetiche da “Responsabilidade Social”: a falácia de uma “nova consciência”*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2008.
- TONET, Ivo. *Cidadão ou Homem Livre?*, 2007. Disponível em [http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/cidadao\\_ou\\_homem\\_livre.pdf](http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/cidadao_ou_homem_livre.pdf), acessado em 22/08/2011.